

AFONSO DE MELO PINTO VELOSO

Legislaturas: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX.

Data de nascimento

- 1878-09-09.

Localidade

- Águeda.

Data da morte

- 1968-02-15.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (1898).

Profissão

- Magistrado;
- Administrador de empresas;
- Político.

Carreira profissional

- 1897 – Subdelegado do Procurador Régio;
- 1899 – Delegado do Procurador Régio na Lourinhã;
- 1910-1911 – Juiz Auditor Administrativo de Beja;
- 1910-1929 – Agente do Ministério Público na Lourinhã, Estarreja e Viseu;
- 1914 – Intendente interino da Tutoria Central da Infância de Lisboa;
- 1918 – Juiz de Direito de 2.^a classe, ascendendo à 1.^a classe em 1921;
- 1927 – Juiz Desembargador do Tribunal da Relação;
- 1932 – Adjunto do juiz auditor do Supremo Tribunal Militar;
- 1932 – Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.
- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aposenta-se em 1948, por limite de idade;
- Ao longo da sua carreira integrou ainda numerosas comissões na área da administração da justiça;
- Presidente da Assembleia Geral da Companhia de Seguros Sagres;
- Presidente da Assembleia Geral do Banco de Portugal;
- Presidente da Direcção da Companhia das Lezírias;
- Presidente do Conselho de Administração das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade.

Carreira político-administrativa

- Presidente da União dos Vinicultores de Portugal;
- Membro da Direcção da Federação dos Vinicultores do Dão;
- 1910 – Governador Civil do Funchal;
- 1917-1918 – Senador eleito pelos sindicatos agrícolas;
- 1918-1919 – Ministro da Justiça;
- 1919-1926 – Deputado;
- 1919-1920 – Agente do Governo Português junto do tribunal Internacional de Haia;
- 1920 – Ministro da Instrução Pública;
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
I	20. ^a – Justiça.
II	1. ^a – Cereais e pecuária (<i>Assessor</i>); 2. ^a – Vinhos (<i>Assessor</i>); 3. ^a – Produtos florestais (<i>Assessor</i>); 4. ^a – Azeite, frutas e produtos hortícolas (<i>Assessor</i>); 22. ^a – Justiça.
III	1. ^a – Cereais e pecuária (<i>Assessor</i>); 2. ^a – Vinhos (<i>Assessor</i>); 3. ^a – Produtos florestais (<i>Assessor</i>); 4. ^a – Azeite, frutas e produtos hortícolas (<i>Assessor</i>); 21. ^a – Justiça.
IV	Conselho da Presidência; Comissão de Verificação de Poderes; 1. ^a – Cereais e pecuária (<i>Assessor</i>); 2. ^a – Vinhos (<i>Assessor</i>); 3. ^a – Produtos florestais (<i>Assessor</i>); 4. ^a – Azeite, frutas e produtos hortícolas (<i>Assessor</i>); 21. ^a – Justiça.

V	Vice-presidente da Mesa; Conselho da Presidência; Comissão de Verificação de Poderes; 18. ^a – Interesses espirituais e morais (<i>Assessor</i>); 20. ^a – Política e administração geral; 21. ^a – Justiça (<i>Assessor</i>).
VI	Conselho da Presidência; Comissão de Verificação de Poderes; II – Interesses de ordem cultural (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.ª Subsecção – Política e administração geral</i>).
VII	Comissão de Verificação de Poderes; Conselho da Presidência; II – Interesses de ordem cultural (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.ª Subsecção – Política e administração geral</i>).
VIII	Comissão de Verificação de Poderes; Conselho da Presidência; II – Interesses de Ordem Cultural (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.ª Subsecção – Política e administração geral</i>).
IX	Comissão de Verificação de Poderes; Conselho da Presidência; II – Interesses de ordem cultural (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.ª Subsecção – Política e administração geral</i>).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 139]

I Legislatura (1935-1938) [18]

- 9/I – Supressão dos julgados municipais (*Relator*).
- 37/I – Sociedades secretas.
- 56/I – Instalação de registadores de chamadas telefónicas (*Relator*).
- 61/I – Situação dos bacharéis em direito (*Relator*).
- 62/I – Pagamento da reparação civil por perdas e danos a que se refere o artigo 34.º do Código de Processo Penal.
- 70/I – Plantação de eucaliptos.
- 80/I – Plantação de bacelos para produção de uvas de mesa.
- 88/I – Fomento hidroagrícola (*Relator*).
- 90/I – Modificação do regime estabelecido pela lei das sociedades secretas.
- 91/I – Regime jurídico do contrato de prestação de serviços.
- 101/I – Tribunal Colectivo de Fiscalização de Produtos Alimentares (*Relator*).
- 104/I – Alteração ao regime jurídico do divórcio e da separação de pessoas e bens.
- 105/I – Propriedade industrial.
- 114/I – Cadastro geométrico da propriedade rústica.
- 115/I – Povoamento florestal (*Relator*).
- 118/I – Construção dos Palácios de Justiça de Lisboa e Porto e de edifícios destinados a outros serviços do Ministério da Justiça.
- 121/I – Estatuto Jurídico dos Caminhos de Ferro.
- 123/I – Colonização interna.

II Legislatura (1938-1942) [7]

- 3/II – Regulação do exercício da profissão médica por estrangeiros.
- 7/II – Rectificações dos mapas do plano do povoamento florestal (*Relator*).
- 13/II – Portugueses em situação militar irregular que desejem visitar o País em 1940 (*Relator*).
- 19/II – Concordata e Acordo Missionário.
- 27/II – Inconstitucionalidade dum preceito legal.
- 28/II – Alteração do artigo 242.º do Código do Registo Civil (constituição dos apelidos) (*Relator*).
- 30/II – Indústrias derivadas da produção agrícola.

III Legislatura (1942-1945) [5]

- 2/III – Nacionalização de capitais de diversas empresas.
- 4/III – Fiscalização das sociedades por acções.
- 9/III – Estatuto da Assistência Social.
- 10/III – Reabilitação dos delinquentes e jurisdicionalização do cumprimento das penas e das medidas de segurança.
- 21/III – Assistência psiquiátrica.

IV Legislatura (1945-1949) [13]

- 2/IV – Organização hospitalar.
- 3/IV – Melhoramentos agrícolas (*Relator*).

- 5/IV – Fomento apícola.
- 6/IV – Foros.
- 7/IV – Regime jurídico dos Casais Agrícolas.
- 11/IV – Expropriações.
- 26/IV – Feriados e dia de descanso semanal.
- 27/IV – Guarda rural e fomento de caça e pesca desportivas.
- 29/IV – Questões conexas com o problema da habitação.
- 35/IV – Luta contra as doenças contagiosas.
- 36/IV – Regulamento das Estradas Nacionais.
- 37/IV – Amnistia aos crimes políticos e faltas disciplinares.
- 39/IV – Tratado do Atlântico Norte.

V Legislatura (1949-1953) [30]

- 1/V – Autorização de receitas e despesas para 1950.
- 3/V – Reforma do ensino das Belas-Artes.
- 4/V – Luta contra a tuberculose.
- 6/V – Sobre amnistia, protecção aos inválidos de guerra e revogação das leis de banimento.
- 7/V – Alterações ao regime do inquilinato.
- 8/V – Organização dos Serviços de Registo e do Notariado.
- 9/V – Nova rubrica na tabela das profissões liberais para efeitos de imposto.
- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951.
- 12/V – Revisão da Constituição Política.
- 13/V – Processo de liquidação de sisa devida nos casos de partilhas judiciais, quando haja lugar ao pagamento de tornas.
- 14/V – Proposta de lei de autorização da emissão dum empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1951».
- 16/V – Projecto de lei de aditamento dum artigo à Constituição Política, sobre a defesa da língua.
- 17/V – Projecto de lei de um aditamento ao artigo 109.º da Constituição, sobre a ratificação de decretos-leis.
- 18/V – Projecto de proposta de lei do condicionamento das indústrias.
- 19/V – Plantio da vinha no continente.
- 21/V – Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais.
- 22/V – Autorização das receitas e despesas para 1952.
- 23/V – Bases da organização da defesa nacional.
- 24/V – Protocolo adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 25/V – Estatuto do Turismo.
- 26/V – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 27/V – Organização geral da aeronáutica militar.
- 28/V – Recrutamento e serviços nas forças aéreas.
- 29/V – Atribuição de responsabilidades em casos de alcance de valores públicos.
- 30/V – Regulamentação do uso das viaturas automóveis oficiais.
- 32/V – Projecto de colonização dos terrenos da várzea do Ponsul.
- 36/V – Plano de Fomento – Parte I – continente e ilhas.
- 42/V – Protocolo adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 44/V – Arborização de terrenos para fixação e conservação do solo.
- 45/V – Colonização de zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola (*Relator*).

VI Legislatura (1953-1957) [25]

- 1/VI – Autorização de receitas e despesas para 1954.
- 3/VI – Isenção de contribuição predial rústica.
- 4/VI – Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro.
- 5/VI – Plano de financiamento da Junta Autónoma de Estradas para o período de 1956 a 1970.
- 6/VI – Regime da indústria hoteleira.
- 7/VI – Acordo criando a Comissão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Sara.
- 8/VI – Responsabilidade pelos encargos em matéria de assistência hospitalar.
- 9/VI – Autorização das receitas e despesas para 1955.
- 11/VI – Protocolo Adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 13/VI – Registo da propriedade automóvel.
- 16/VI – Jurisdição dos tribunais militares (*Relator*).

- 17/VI – Assistência aos funcionários civis tuberculosos.
- 26/VI – Limitação da remuneração dos corpos gerentes de certas empresas.
- 31 /VI – Autorização de receitas e despesas para 1956.
- 32/VI – Interpretação e extensão das isenções concedidas pela Lei n.º 2073.
- 36/VI – Turismo.
- 38/VI – Execução do princípio da obrigatoriedade do registo predial.
- 41/VI – Plano de Formação Social e Corporativa.
- 42/VI – Corporações.
- 43/VI – Projecto de colonização da Gafanha – II parte).
- 47/VI – Alterações a introduzir na Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948.
- 48/VI – Instituto Nacional de Sangue.
- 49/VI – Regime jurídico das obras de fomento hidroagrícola.
- 50/VI – Federações de Casas do Povo.
- 51/VI – Reforma dos tribunais do trabalho.

VII Legislatura (1957-1961) [29]

- 3/VII – Projecto do II Plano de Fomento (1959-1964) – METRÓPOLE – Continente e Ilhas.
- 5/VII – Autorização das receitas e despesas para 1959.
- 6/VII – Da nacionalidade portuguesa.
- 9/VII – Alterações a alguns artigos do Código de Processo Penal.
- 10/VII – Alteração da Constituição Política.
- 11/VII – Plano director do desenvolvimento urbanístico da região de Lisboa.
- 12/VII – Integração das actuais freguesias de Teixeira, Teixeiró, Loivos de Ribeira, Tresouras e Frende do concelho de Baião, distrito do Porto e província do Douro Litoral, no concelho de Mesão Frio, distrito de Vila Real e província de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- 13/VII – Alteração da Constituição Política.
- 14/VII – Alteração da Constituição Política.
- 15/VII – Alteração da Constituição Política.
- 16/VII – Alteração da Constituição Política.
- 17/VII – Alteração da Constituição Política.
- 18/VII – Alteração da Constituição Política.
- 19/VII – Alteração da Constituição Política.
- 20/VII – Alteração da Constituição Política.
- 22/VII – Abastecimento de água das populações rurais.
- 24/VII – Autorização de receitas e despesas para 1960.
- 25/VII – Alterações ao Código Administrativo – (Ao período do mandato dos presidentes e vice-presidentes das câmaras municipais e a outras disposições).
- 26/VII – Expropriações por utilidade pública.
- 28/VII – Remunerações dos corpos gerentes de certas empresas.
- 29/VII – Revisão do regime jurídico da colonização interna.
- 32/VII – Emparcelamento da propriedade rústica.
- 34/VII – Plano de valorização do Alentejo (Rega de 170 000 ha).
- 36/VII – Projecto de Regulamento das Estradas e Caminhos Municipais.
- 38/VII – Arborização rodoviária.
- 39/VII – Reforma da previdência social.
- 41/VII – Arrendamento da propriedade rústica.
- 42/VII – Estatuto da Saúde e Assistência.
- 45/VII – Regime do contrato de trabalho.

VIII Legislatura (1961-1965) [9]

- 1/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1962.
- 2/VIII – Providências destinadas a assegurar o funcionamento dos órgãos de governo do Estado da Índia.
- 3/VIII – Organização judiciária.
- 6/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1963.
- 12/VIII – Reembolso pelos subsequentes usuários dos custos de linhas ou instalações novas que os consumidores de energia eléctrica hajam pago às entidades distribuidoras.
- 13/VIII – Autorização das receitas e despesas para 1964.
- 18/VIII – Projecto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 (Continente e ilhas).
- 22/VIII – Plano geral do aproveitamento hidráulico da bacia do Mondego.

- 23/VIII – Orientação agrícola.

IX Legislatura (1965-1969) [3]

- 1/IX – Autorização das receitas e despesas para 1966.
- 5/IX – Autorização das receitas e despesas para 1967.
- 6/IX – Lei do Serviço Militar.